Genética ou criação. O que tem mais peso na formação da personalidade? **Interessa. Página 17**

O TEMPO

R$ 3,00 - www.otempo.com.br - Belo Horizonte - Ano 27 - Número 10070 - Quarta-feira, 10/7/2024



EDITORA RECORD/DIVULGAÇÃO

MAGAZINE

Entrevista

Adélia Prado anuncia "O Jardim das Oliveiras" para este ano. **Página 18**

Em cima da hora. Sem prorrogação, Minas Gerais terá de voltar a pagar o débito com a União a partir do dia 20

Governo corre contra o tempo para que Assembleia vote RRF

Em entrevista exclusiva, Romeu Zema elogia proposta de Pacheco para dívida, mas teme prazo curto

■ Após oito meses de negociações, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, protocolou ontem projeto de renegociação da dívida dos Estados com a União. Apesar dessa alternativa, o governo estadual age para convencer a Assembleia Legislativa a votar a adesão de Minas ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). "É uma proposta satisfatória (a de Pacheco). A grande questão é o tempo. Porque essa proposta vai ficar quanto tempo no Congresso para ser debatida, para ser aperfeiçoada e para ser votada? (...) Nós não temos condição de esperar esses meses, a não ser que o Supremo Tribunal Federal venha a prorrogar a liminar que vence dia 19", afirma Zema. "(Acho que os deputados) entendem que ou votamos a adesão ao regime se não tivermos a dilação de prazo, ou nós vamos pagar R$ 6 bilhões à União", diz o secretário de Estado de Governo, Gustavo Valadares, que atua para obter os 40 votos necessários. Presidente da Assembleia, Tadeuzinho considera a solução de Pacheco "muito melhor" que o RRF, mas admite que, sem novo prazo, terá que colocar o RRF em votação. **Páginas 3 a 5**

REAJUSTE "A JATO"

Motoristas de BH reagem com indignação a aumento da gasolina, que vai a R$ 6,39

Motoristas de aplicativo calculam a redução no faturamento, entregadores planejam mudança nas rotas, e donos de veículos em geral reclamam do reajuste imediato da gasolina nos postos, após aumento pela Petrobras. "Achei muito alto", diz o motoboy Robert Ferreira Bernardino. **Página 8**



FLÁVIO TAVARES

O TEMPO flagra troca de preços da gasolina em posto de BH, menos de 24 horas após anúncio



FLÁVIO TAVARES

Transtorno. Afundamento do solo provoca abertura de cratera na avenida Pedro I; trânsito fica caótico. **Página 22**

O TEMPO SPORTS

MESSI BRILHA

Argentina elimina o Canadá por 2 a 0 e é a primeira finalista da Copa América. **Página 26**

FORA DE CASA

Má fase do Grêmio pode favorecer o Cruzeiro na busca de nova vitória como visitante. **Página 23**

ATLÉTICO

Lyanco chega ao Galo em momento tenso de protesto da torcida contra a SAF. **Página 25**



PEDRO SOUZA/ATLÉTICO

Mais disciplinas tradicionais

Câmara aprova nova reforma do ensino médio no Brasil

■ Carga horária mínima para o ensino médio regular será de 2.400 horas para os três anos, mais 600 horas de optativas, os chamados "itinerários formativos". Espanhol deixará de ser obrigatório. **Página 10**

DATATEMPO

Dinis Pinheiro está à frente na disputa municipal em Ibirité

■ O ex-deputado estadual Dinis Pinheiro (Republicanos) tem 55,3% das intenções de voto em Ibirité, na pesquisa **DATATEMPO** estimulada. Atual vice-prefeito, Dr. Paulo Telles (PV) tem 12%. **Página 6**

A.PARTE

aparte@otempo.com.br

Ex-deputado

João Leite confirma pré-candidatura para a Prefeitura de Belo Horizonte

O ex-deputado estadual João Leite (PSDB) anunciou sua pré-candidatura à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), decisão com potencial de mexer no xadrez da eleição de 2024 na capital. Se confirmado como candidato – as convenções partidárias, para definição dos concorrentes, acontecem entre 20 de julho e 5 de agosto –, esta será a quarta vez que o ex-parlamentar vai disputar o cargo. Em nenhuma, até agora, foi eleito.

Leite anunciou a pré-candidatura no momento em que os demais pré-candidatos já se movimentam pela cidade, participam de encontros e fazem publicações em suas redes sociais.

O deputado, até anunciar a decisão de virar pré-candidato, vinha afirmando que tomaria junto com sua família uma decisão sobre participar ou não da corrida pela prefeitura.

Apesar de começar depois que seus possíveis concorrentes na pré-campanha pelo governo municipal, João Leite tem uma vantagem, ainda que possa ser momentânea. A pesquisa **DATATEMPO** divulgada em 11 de junho – registro MG-06115/2024 – mostra o ex-parlamentar com 9% das intenções de voto.

O resultado coloca o ex-deputado na quarta colocação, mas muito próximo de outros pré-candidatos que já estão em pré-campanha. A liderança isolada na pesquisa é do deputado estadual Mauro Tramonte (Republicanos), com 22,8%.

Em seguida estão o também deputado estadual Bruno Engler (PL), com 10,1%, e o prefeito Fuad Noman (PSD), que tentará a reeleição, com 9,4%. Logo atrás de João Leite está a deputada federal Duda Salabert (PDT), com 7,7%.

Após perder a disputa para deputado estadual em 2022, João Leite passou a se dedicar a estudos no setor privado para ampliação do sistema ferroviário brasileiro, discussão que já havia levado para a Assembleia nos sete mandatos de deputado estadual que exerceu.

Até o momento, entre os pré-candidatos à PBH, apenas um, o presidente da Câmara Municipal, Gabriel Azevedo (MDB), tem chapa completa anunciada. Seu vice é o ex-vice-governador de Minas Gerais Paulo Brant (PSB).

Se levado em consideração o campo ideológico de João Leite e dos outros pré-candidatos à prefeitura, negociações para a disputa pelo Executivo municipal podem envolver ainda, pelo menos, Mauro Tramonte e Carlos Viana (Podemos).

Negociações do PSDB com o Novo, que tem a ex-secretária do governo Romeu Zema Luísa Barreto como pré-candidata, não são avaliadas nos bastidores como possíveis, ao menos por enquanto.

As duas legendas tentaram um acordo para indicar o vice do governador na reeleição de 2022. As conversas, no entanto, não evoluíram e acabaram deixando arestas entre os dois partidos. **(Leonardo Augusto)**

Projeto que aumenta contribuição ao Ipsemg fica para depois do recesso

O projeto que altera as regras para cobrança da contribuição dos servidores ao Instituto de Previdência Social de Minas (Ipsemg) só será votado na Assembleia Legislativa (ALMG) após o recesso parlamentar, conforme o presidente da Casa, Tadeu Leite (MDB). O motivo, segundo o parlamentar, é que o governo enviou apenas ontem ao Legislativo mineiro o estudo do impacto das alterações do projeto nas contas públicas. "O governo mandou apenas hoje (ontem) o impacto financeiro. Impossível fazer um análise a tempo de votar. Então, muito provavelmente o Ipsemg será votado depois do recesso", disse o presidente do Legislativo. O recesso na Assembleia vai de 19 a 31 de julho. O projeto estabelece que a contribuição mínima para servidores da ativa e pensionistas passará de R$ 33 para R$ 60, e o teto, de R$ 275,15 para R$ 500. O texto também acaba com a isenção de contribuição para filhos de servidores menores de 21 anos, que passarão a recolher o piso. **(LA)**



ALEXANDRE NETTO/ALMG

Após um ano parado
Conselho de Ética do Senado abre 5 processos

O Conselho de Ética do Senado retomou suas atividades ontem após mais de um ano parado. A última reunião do colegiado tinha sido no dia 14 de junho de 2023. Foi admitida a abertura de processos contra cinco senadores: Flávio Bolsonaro (PL-RJ), Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), Jorge Kajuru (PSB-GO), Marcos do Val (Podemos-ES) e Styvenson Valentim (Podemos-RN). No total, são cinco denúncias e duas representações que miram os parlamentares.

Nos últimos quatro anos, o colegiado se reuniu apenas duas vezes: em 28 de março de 2023, para a eleição do presidente, o senador Jayme Campos (União-MT), e em 14 de junho de 2023. **(Levy Guimarães/O Tempo Brasília)**

Rodrigo Pacheco
Confiança em solução para o marco temporal

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse ontem confiar em uma solução para o impasse envolvendo o marco temporal para demarcação de terras indígenas por meio da tentativa de conciliação envolvendo todas as partes interessadas promovida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A declaração de Pacheco é um indicativo de que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reforça a tese do marco temporal para essas demarcações não andará no Senado enquanto a tentativa de conciliação pelo STF estiver em curso. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado marcou para hoje a discussão da PEC. A proposta em tramitação é defendida pela bancada ruralista.

Reforma tributária
Lira suspende comissões para agilizar a votação

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), anunciou a suspensão das atividades das comissões para acelerar a votação da regulamentação da reforma tributária. Segundo nota assinada por Lira, "o período de 9 a 11 de julho de 2024 será destinado exclusivamente à discussão e à votação de matérias no plenário, ficando sobrestadas as atividades dos demais colegiados desta Casa".

A decisão foi tomada após uma reunião entre Lira, líderes partidários, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. Eles discutiram o projeto que define quais produtos serão mais tributados na reforma, entre outros itens. **(Gabriela Oliva/O Tempo Brasília)**



MÁRCIO COIMBRA
contato@casapolitica.com.br

Vitória de Pirro

A direita nacionalista saiu derrotada mais uma vez nas eleições francesas. No entanto, desta vez, a reação contra Le Pen foi capitaneada por um somatório de forças: o centrismo de Macron aliado ao esquerdismo de Mélenchon. A soma forneceu ao grupo o direito de indicar o primeiro-ministro e governar a França em parceria com o presidente, o que certamente exigirá uma enorme habilidade de ambos os lados.

O grupo liderado por Mélenchon, a Nova Frente Popular, é uma agremiação formada pelo Europa Ecologia, Partido Socialista, Partido Comunista da França e França Insubmissa, todos partidos de esquerda. Macron lidera o Ensemble, uma coalizão inicialmente fundada com nome de Ensemble Citoyens, que reúne partidos de tendências liberais, centristas e aqueles a favor da integração francesa na União Europeia. É formado pelo Renascimento, partido de Macron, maior dentro da coalizão, além do Horizonte, Movimento Democrático e União dos Democratas e Independentes.

A França será governada agora por essa coalizão de partidos de ambas as frentes. A Nova Frente Popular obteve 182 cadeiras no Parlamento, enquanto o Ensemble atingiu 168, que, somados a outros partidos de esquerda e centro, deve chegar a 369 deputados de um total de 577. Será um desafio enorme acomodar todos os interesses heterogêneos desses grupos na construção de políticas nacionais e no comando doméstico do país. Tudo indica que estaremos diante de um momento delicado, que pode levar a impasses capazes de paralisar o avanço e modernização das políticas francesas.

Do outro lado, a Reunião Nacional cresceu de 89 para 143 cadeiras no Parlamento, um grupo muito mais homogêneo e que terá facilidade de fazer oposição aos vencedores das eleições legislativas. Isso, em termos políticos, coloca o grupo em vantagem para as próximas eleições presidenciais em 2027, uma vez que não passará pelo desgaste de ser governo e permanecerá na confortável posição de ser a única opção competitiva contra a nova coabitação política entre centro e esquerda no poder.

Em suma, o triunfo desse domingo pode se transformar em uma vitória de Pirro – expressão utilizada para se referir a uma vitória obtida a alto preço, potencialmente acarretadora de prejuízos irreparáveis, uma vez que a chegada de grupos, partidos e parlamentares tão heterogêneos ao poder realmente não será capaz de produzir mudanças profundas. O resultado asfaltaria o caminho do nacionalismo de direita ao poder nas eleições de 2027, capazes de levar a Reunião Nacional ao Elysée e ao comando absoluto da Assembleia Nacional.

Além disso, os ventos de 2027 continuam a soprar a favor das direitas de corte nacionalista ao redor do mundo, e sua consolidação em muitos países pode ajudar os nomes indicados pela Reunião Nacional a vencer as próximas eleições legislativas, bem como levar Marine Le Pen ao posto de presidente.

Nesse domingo, a direita nacionalista francesa saiu derrotada, enquanto a esquerda nacionalista saiu vitoriosa. Entretanto, nada altera o fato de que o populismo nacionalista saiu vencedor em ambos os lados do espectro político, e olhando sob esse prisma, sem dúvida, quem saiu derrotada foi a população francesa, tanto no curto quanto no perigoso longo prazo, que começa a ser irremediavelmente desenhado.

TEL: (31) 2101-3916
Editoras: Marina Schettini e Cynthia Castro
marina.schettini@otempo.com.br
cynthia.soares@otempo.com.br
Atendimento ao assinante: 2101-3838
(31) 98352-2462

Norte e Nordeste e dívida
Os governadores de Estados sem dívidas com a União, a maioria das regiões Nordeste e Norte, lançam uma ofensiva nesta semana em Brasília pelo que chamam de "tratamento isonômico" no projeto que prevê a renegociação das dívidas com a União.

Estados vetados em fundo
Eles cobram que o valor da renúncia que o governo federal fará aos Estados superendividados seja repassado a um fundo temporário de equalização para financiar contrapartidas nas áreas socioambiental, de educação, infraestrutura e prevenção a eventos climáticos extremos.

Política

Congresso. Texto prevê redução dos juros com federalização de ativos e investimentos em áreas específicas

Proposta de Pacheco para dívida chega ao Senado sem consenso

Senador admitiu que há divergências entre governadores e pasta da Fazenda

GABRIEL FERREIRA BORGES
MANUEL MARÇAL

Após oito meses de negociação, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), protocolou no Senado sua proposta para renegociar a dívida dos Estados com a União. Não há ainda, contudo, consenso entre os governadores e o Ministério da Fazenda sobre o texto.

A relatoria no Senado será do presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), aliado de Pacheco. Em coletiva de imprensa ontem, porém, Pacheco admitiu que a proposta é um "ponto inicial". "Ela não tem a audácia de querer ser o texto definitivo", ponderou o senador, que desde novembro tem puxado para si o protagonismo do imbróglio.

"Naturalmente o Ministério da Fazenda e o governo (federal) farão as suas ponderações, porque nem tudo que o governo sugeriu foi aqui inserido – boa parte foi. Assim como os Estados também. Os governadores poderão debater, porque nem tudo o que pretendiam foi aqui colocado", emendou.

PROPOSTA. Alternativo ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o programa prevê a redução da taxa de juros do indexador atrelado à dívida dos Estados com a União de 4% para 1%. O IPCA permanece na fórmula de correção monetária. Caso um Estado federalize ativos – como estatais, recebíveis e créditos judiciais – que alcancem pelo menos 20% da dívida, a taxa de juros poderá cair para 2%. Se os ativos chegarem a 10%, os juros cairão para 3%. O restante do saldo devedor será renegociado em 30 anos.

O Ministério da Fazenda vetou o gatilho de desconto-prêmio sugerido inicialmente por Pacheco. O senador queria um deságio de 50% do valor dos ativos eventualmente transferidos à União, ou seja, a cada R$ 1 pago, haveria um desconto adicional de R$ 0,50. O mecanismo era defendido, por exemplo, pelo governador Romeu Zema (Novo). "Para uma dívida como a de Minas, de R$ 160 bilhões, transferir ativos de R$ 20 bilhões, R$ 30 bilhões ou R$ 40 bilhões ainda nos deixa com uma dívida monstruosa, que acaba inviabilizando uma boa gestão", criticou o governador na última terça, logo após conhecer os detalhes do texto.

Pacheco minimizou o veto da Fazenda, já que, para ele, é "compreensível", porque o desconto impactaria o resultado primário do governo Lula. "Isso foi antecipado aos governadores, que naturalmente compreenderam", ressaltou o senador.

A taxa de juros do indexador ainda pode ter um desconto de 1 ponto percentual, caindo, na prática, para IPCA + 1%. Os Estados terão direito à redução caso invistam as parcelas que pagariam à União em educação e em infraestrutura de saneamento, habitação, adaptação às mudanças climáticas, transportes ou segurança pública. Os recursos não podem ser investidos em custeio. A exigência de investimentos de, no mínimo, 60% dos valores perdoados em educação foi outro ponto a desagradar a Zema, que alegou que os investimentos em infraestrutura seriam "limitados".

Já as parcelas pagas do 1 ponto percentual de juros restante seriam destinadas ao Fundo Nacional de Equalização. De lá, os recursos seriam redistribuídos entre Estados endividados e não endividados. O fundo foi incorporado à proposta após governadores do Norte e do Nordeste ficarem insatisfeitos com a renegociação, já que 87% da dívida líquida consolidada dos Estados é concentrada no Sudeste e no Sul.

Apesar das críticas de governadores, Pacheco fez questão de reconhecer a concessão feita pela Fazenda. "O Ministério da Fazenda concorda em não ter nenhum tipo de reversão para a União em si. E, aí, há uma proposta neste projeto, devidamente alinhada com a União, que é a possibilidade de reversão do pagamento de juros para investimentos no próprio Estado", explicou o senador.

TRAMITAÇÃO. Diante do prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Estado volte a pagar a dívida de R$ 165 bilhões com a União em 20 de julho, Pacheco pontuou que o Senado terá o "tempo de discussão necessário", mas que fará um esforço para que a análise seja antes do início do recesso, em 18 de julho.

GERALDO MAGELA/AGÊNCIA SENADO



Rodrigo Pacheco protocolou ontem proposta alternativa ao RRF

GUILHERME BERGAMINI/ALMG - 24.6.2024



Valadares diz que ALMG entende gravidade da situação de MG

Situação de Minas

Gustavo Valadares: 'deputados sabem da complexidade'

O secretário de Estado de Governo, Gustavo Valadares, deu um ultimato ontem nos deputados sobre a votação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) na Assembleia Legislativa de Minas Gerais entrevista ao **Café com Política** da **FM O TEMPO 91,7**. Segundo ele, caso o prazo de pagamento da dívida de Minas com a União, avaliada em R$ 165 bilhões, não seja estendido em 90 dias, os deputados precisarão votar o RRF antes do recesso do segundo semestre. Ele disse que tem trabalhado para conseguir apoio para aprovar o regime e ainda afirmou que os "deputados entendem a complexidade do assunto".

Para a adesão passar, o governo precisa de 40 votos dos 77 deputados estaduais. "Eu tenho trabalhado diuturnamente para poder conseguir os votos que eu preciso. Acho que os deputados entendem a complexidade do assunto. Entendem que ou a gente vota a adesão ao regime se não tivermos a dilação de prazo ou nós vamos pagar R$ 6 bilhões à União".

RETALIAÇÃO. Após uma votação difícil para passar o reajuste aos servidores de 4,62%, o secretário garantiu que não houve retaliação aos deputados de base que votaram contra o Executivo, mas disse que espera "lealdade" dos parlamentares.

"Para se ter uma base sólida, é preciso reconhecer aqueles companheiros nos bons e nos maus momentos, como num casamento. O que eu tenho cobrado da Assembleia é isso, que os nossos companheiros da base sejam leais e companheiros nos bons e nos momentos duros", afirmou. **(Da Redação)**

Tadeuzinho defende alternativa, mas admite ter que votar RRF

O presidente da Assembleia Legislativa de Minas, Tadeu Leite (MDB), afirmou que a proposta de Rodrigo Pacheco (PSD) é muito melhor que o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) em tramitação na Casa. Conforme o deputado, a possibilidade de abater 20% do passivo com a transferência de ativos para a União é um dos principais pontos do projeto.

Ao mesmo tempo, Tadeuzinho salientou que, ao menos por enquanto, não pretende retirar o projeto que prevê o RRF da pauta de votações da Casa. Ele afirmou que irá esperar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre novo pedido de prorrogação do prazo para adesão ao regime feito pelo governo de Minas, que vence no próximo dia 20.

"Entendo que (o projeto do Pacheco) é muito melhor que o RRF que está tramitando na Assembleia, especialmente levando em conta um cenário de abatimento de mais de 20%", afirmou em entrevista coletiva. "Mas se não tivermos mais tempo, não posso ser irresponsável", completou.

A reportagem tentou entrevistar o líder do governo na Casa, deputado estadual João Magalhães (MDB), mas o parlamentar não quis se pronunciar. **(Leonardo Augusto)**

ENTREVISTA

Em entrevista exclusiva a **O TEMPO**, o governador Romeu Zema (Novo) elogiou a proposta alternativa ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) feita pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD). Mas, a dez dias do fim do prazo dado pelo STF para que o Estado volte a pagar a dívida de R$ 165 bilhões com a União, Zema defendeu a aprovação da adesão ao RRF na Assembleia como uma "ponte". O governador ainda elogiou Pacheco, potencial adversário de seu grupo ao governo de Minas em 2026.

'Se tivermos um caos em Minas, eu fiz a minha parte'



Romeu **Zema**

Governador
DE MINAS GERAIS



FRED MAGNO - 20.5.2024

Após oito meses de intensas negociações, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, apresentou um projeto de renegociação da dívida dos Estados com a União. Ele adiantou que ainda há pontos de divergências com governadores e Ministério da Fazenda, mas disse que o Regime de Recuperação Fiscal definitivamente não é melhor do que a proposta dele. O senhor viu esse novo texto? Eu quero agradecer o empenho do presidente Rodrigo Pacheco. Ele tem sido um grande protagonista nessa questão. Ele sabe da gravidade da situação dos Estados endividados. Essa proposta apresentada, no meu entender, é melhor do que aquela que eu escutei na semana passada, em Brasília. Nessa proposta, caso o Estado venha a fazer cessão de ativos acima de 20% do valor da dívida e atenda àquilo que ainda vai ser regulamentado com investimentos na educação, na segurança pública e na infraestrutura, o Estado pode, em vez de pagar uma taxa IPCA mais 4%, reduzir essa taxa anual para IPCA mais 1%. Isso é um avanço extraordinário. Esses 3% a menos de IPCA em uma dívida de R$ 160 bilhões, que é o tamanho da dívida de Minas, você vai ver que vão dar R$ 4,8 bilhões por ano a menos de desembolso. Então, é uma proposta satisfatória. A grande questão é o tempo. Por quê? Porque essa proposta vai ficar por quanto tempo no Congresso para ser debatida, para ser aperfeiçoada e para ser votada? E depois, quanto tempo o Ministério da Fazenda vai levar para avaliar os ativos de Minas para que a cessão (dos ativos) seja feita? Se isso tudo estivesse pronto, seria uma maravilha. O problema é que nós não temos condição de esperar esses meses que nós temos pela frente, a não ser que o Supremo Tribunal Federal venha a prorrogar a liminar que está lá e que vence dia 19 (de julho). Então, já estamos protocolando um pedido de prorrogação. A AGU, que inicialmente falou para o professor Mateus, o vice-governador, que também daria o aval, até agora não se manifestou; e seria importantíssima essa prorrogação, porque, se ela não for feita, só temos uma alternativa: votar na Assembleia Legislativa a adesão ao plano de recuperação econômica, o RRF. Por quê? Porque, se nós não tivermos essa adesão via Legislativo, já que a (adesão) judicial vai cair, nós vamos ter um desembolso somente neste mês de julho de R$ 6 bilhões. Nós não vamos ter dinheiro para merenda, para medicamento, para a folha (de pagamento). O Estado não tem condição de suportar esse pagamento. Então, eu estou confiante de que o Supremo vai entender a gravidade da situação e fazer essa prorrogação, para que nós tenhamos tempo de o Congresso fazer as devidas melhorias nesse projeto e, depois, o Ministério da Fazenda também tenha tempo de operacionalizar, porque, assim que a lei ficar pronta, o Ministério da Fazenda vai poder vir a Minas Gerais e fazer toda a avaliação dos dois ativos, se servem ou não para a União.

O senhor entende que a AGU estava esperando o projeto do senador Rodrigo Pacheco ser protocolado para pedir uma nova prorrogação? Eu entendo que sim. É lógico (que a extensão do prazo) vai depender muito da interpretação do ministro, que estará analisando isso lá no Supremo. Mas eu espero que a gravidade da situação seja entendida. Caso não, nós não teremos outra opção a não ser votar o RRF na Assembleia em regime de urgência. Eu quero salientar uma coisa muito importante: o Estado já fez essa adesão (ao RRF). Há um ano e meio, Minas Gerais está no Regime de Recuperação Fiscal, e tudo continua normal. Diferentemente do que muitos falam, que o regime é o fim do mundo, Minas aderiu, só que pela via judicial. Como a via judicial tem data para acabar, nós temos agora de fazer a adesão pela via legislativa. O nosso presidente (do Senado), Rodrigo Pacheco, foi extremamente sábio, porque o projeto dele prevê que o Estado saia do regime de recuperação fiscal e migre para esse novo Propag, que é o nome da proposta dele, a qualquer momento. Então, parece que já foi até prevista essa situação, que é exatamente o caso de Minas Gerais e também de outros Estados que já fizeram a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

> "Nós não vamos ter dinheiro para medicamento, merenda, folha. O Estado não tem condição de suportar esse pagamento."

Nos últimos meses, vimos que os deputados não estavam dispostos a aprovar o RRF na Assembleia Legislativa. Mudou alguma coisa de lá para cá? O senhor tem conversado com os deputados e entrado nessa articulação? A proposta do presidente do Senado torna a adesão ao RRF muito mais suave, porque ela propõe que o Estado que já aderiu ao Regime de Recuperação Fiscal faça a migração a qualquer momento para o Propag. Então, o RRF seria algo temporário, tipo um oxigênio que nós vamos usar para poder passar esse período até o Congresso votar e ter esse projeto concluído e (para que) o Ministério da Fazenda possa ir a Minas Gerais com as formalidades necessárias. O Regime de Recuperação Fiscal, em vez de ser um destino, seria uma ponte que nós vamos atravessar. Nós temos de interpretar dessa maneira, e vejo que fica muito mais "degustável" para a Assembleia. Como eu disse, o que mudou em Minas Gerais nesses últimos 18 meses em que nós já estamos com o Regime de Recuperação Fiscal em vigor? Acho que muitas pessoas não se atentaram a isso ainda. Nós já estamos nesse regime há mais de um ano, e a vida de ninguém piorou. Muito pelo contrário, ele tem sido fun-

damental para que haja medicamento na rede pública. Ele tem sido fundamental para que a merenda escolar continue boa e tem sido fundamental para que o reajuste, mesmo que não tenha sido aquele que muitos pretendiam, fosse votado na Assembleia. Não fosse ele (o RRF), seriam salário atrasado, falta de merenda escolar e UBS fechada, como já aconteceu no passado. Então, nós temos que fazer escolhas. Eu sempre falo que, se alguém está com uma doença grave, é melhor fazer a radioterapia e a quimioterapia do que deixar o tumor crescer. Nós temos de ter coragem para enfrentar os problemas, ficar fugindo deles só vai fazê-los se agravar. Para mim, é muito bom saber que essa questão da dívida, que era quase que desconsiderada, esquecida aqui em Minas, foi colocada em cima da mesa. E mais uma vez eu agradeço ao presidente Rodrigo Pacheco, que levantou a questão, porque, desde o início do meu governo, da minha primeira gestão, em 2019, nós enviamos para a Assembleia essa adesão, e o tema foi praticamente desconsiderado. Parece que em Minas havia uma aversão a discutir uma doença grave, como se tudo estivesse normal. Cabe esse mérito ao Rodrigo (Pacheco), de ter levantado essa questão, porque nós iríamos, em pouco tempo, junto de outros Estados, ficar em uma situação totalmente incontrolável, ingovernável.

IMAGENS REPRODUÇÃO/CANAL O TEMPO



"Rodrigo Pacheco foi extremamente sábio, porque o projeto dele prevê que o Estado saia do RRF e migre para esse novo Propag."

Não é um pouco perigoso acreditar que esse texto alternativo ao RRF vai ser aprovado tanto no Senado quanto na Câmara, já que tem deputados que se colocam de modo contrário à federalização? Eu saliento que os Estados que têm as maiores bancadas no Congresso têm o maior interesse de aprovar (o projeto), como é o caso de São Paulo, que tem uma dívida maior do que a de Minas Gerais. Tem o caso do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Goiás também. Eu tenho certeza que outros Estados, inclusive do Nordeste, que também têm dívida têm o mesmo interesse. Existe, sim, esta possibilidade (de não ser aprovado). Agora, talvez, precisa ter um incêndio para que algumas pessoas acordem.

O que seria esse incêndio, governador? No passado nós tivemos funcionário público sem receber, falta de medicamento e escola sem merenda. Talvez nós precisemos ter o caos novamente para que haja alguém que realmente dê a devida atenção. Nós temos feito, na minha gestão, todo esse esforço, mas não tem como você administrar se nós não tivermos um pagamento menos intenso dessa dívida, é matematicamente impossível. Não tem como cortar mais despesas para poder viabilizar o pagamento desses R$ 18 bilhões por ano. É algo matemático, e com a matemática não tem como estar brigando.

Em relação ao RRF, o senhor falou sobre a necessidade de aprová-lo na Assembleia o mais rápido possível por conta do prazo curto, até o dia 20 de julho. O governo já trabalha com o cronograma? Sim, o presidente Tadeu Martins Leite, eu quero aqui também agradecê-lo, porque ele tem sido um ator importantíssimo na condução de todo esse processo. Ele já esteve lá em Brasília diversas vezes para tratar desse tema, mas ele sabe da gravidade. Então, a Assembleia e a Mesa Diretora já se prepararam para que essa votação possa acontecer, até mesmo num momento de recesso legislativo, dependendo do desenrolar de todo esse processo que está caminhando. Eu conto com a Mesa Diretora da Assembleia nesse momento e também com os deputados. Se amanhã nós tivermos um caos aqui em Minas Gerais, eu vou deixar muito claro: eu fiz tudo o que podia da minha parte; alguém que não fez. Da minha parte, eu vou dormir com a minha consciência muito tranquila. Eu e a minha equipe temos feito de tudo. Eu acho que seria algo extremamente triste depender de alguns votos, ou depender de alguém que acaba se omitindo ou votando contra para nos deixar retornar àquela situação de 2017 e 2018. E quero dizer uma coisa também, 90% dos prefeitos ou mais estão cientes dessa situação e querem que tudo seja feito para evitar aquele caos por um motivo muito simples: à minha porta, eu, governador do Estado, ninguém bate. Mas, quando falta medicamento, quando falta alguma coisa, a vida dos prefeitos vira um inferno, e nós temos que respeitar esses gestores que estão muito expostos e estão na linha de frente com a população. Foram eles que sofreram quando nós tivemos a catástrofe em Minas Gerais no passado. O governador estava no Palácio dele quietinho, e os prefeitos sendo bombardeados. Então, acho que nós temos de ter esse espírito cívico, essa vontade de fazer o que é correto, mesmo que gere desgaste.



"A AGU, que inicialmente falou que também daria o aval (para prorrogar a suspensão do pagamento), até agora não se manifestou, e seria importantíssima essa prorrogação."

Qual o prazo que o senhor trabalha para que ocorra essa terceira prorrogação sem que haja corte nas merendas e nos salários? Nós sempre trabalhamos com o caixa extremamente apertado, inclusive, e tivemos uma reunião com os Poderes cerca de 45 dias atrás. Mostramos a situação para o Tribunal de Justiça, para o presidente da Assembleia, para o Ministério Público e para o Tribunal de Contas do Estado. Nós até já pedimos que o 13º salário dessas instituições, que era pago mês a mês; para que, neste segundo semestre, pudéssemos pagar essa totalidade, devido a esse aperto, só em dezembro. Eu não sei te dar detalhes exatos, mas, se não for no primeiro mês, vai ser no segundo. No terceiro (mês), vamos ter um desarranjo total nas contas do Estado. Nós vamos retornar àquilo que aconteceu em 2007 e 2018. Apesar de toda a austeridade do meu governo, o Estado não comporta pagar esses R$ 6 bilhões agora e depois o pagamento da prestação mensal. É algo que só depende de tempo. É difícil dar uma projeção exata agora, porque a Secretaria de Fazenda teria de fazer esses cálculos, mas eu te digo que, quando você fica no negativo, tendo uma sangria desatada, uma hemorragia, é questão de tempo para que o coração pare de bater.

O senhor fez elogios ao Rodrigo Pacheco. A relação entre os senhores melhorou? Nossa relação é muito boa. Eu acho que no passado teve mais conversas de terceiros entrando no meio, mas, depois que nós passamos a ter uma conversa direta, eu sempre estou passando mensagem para ele, ligando, e vice-versa, a coisa fluiu muito bem. Foi só tirar o intermediário do meio que tudo se resolveu; e que fique claro que ele é uma pessoa boa, que quer fazer o bem. E, da minha parte, a mesma coisa. Eu já falei com ele que ele pode me ligar a qualquer momento, que nós estamos aqui empenhados em resolver essa questão, para a qual ele tem contribuído muito.

Uma eventual candidatura dele ao governo do Estado em 2026 não te incomoda? Eu estou preocupado só com a questão da dívida. Isso aí nós vamos deixar para conversar em 2026, está muito longe ainda. **(Franscyne Ferreira e Gabriel Ferreira Borges)**



Assista ao vídeo da entrevista



"O RRF seria algo temporário, tipo um oxigênio que nós vamos usar para poder passar nesse período até o Congresso votar e ter esse projeto (do Pacheco) concluído"

DATATEMPO. Político tem 55,3% das intenções de voto, menor rejeição e maior possibilidade de crescimento

Ex-deputado Dinis Pinheiro lidera disputa pela Prefeitura de Ibirité



■ HERMANO CHIODI

O ex-deputado estadual Dinis Pinheiro (Republicanos) larga na frente na disputa pela Prefeitura de Ibirité, na região metropolitana de Belo Horizonte. Segundo pesquisa **DATATEMPO**, ele tem 55,3% das intenções de voto, à frente do atual vice-prefeito da cidade, Dr. Paulo Telles (PV), que tem 12% e está tecnicamente empatado com o vice-presidente da Câmara Municipal, Chande (PSD), que soma 5%. O pré-candidato do PSD também está empatado com o advogado Dr. Marcinho Grossi (PSB), que tem 3,3%, e com o líder social Edson Tall (Podemos), com 0,7% dos votos. A margem de erro do levantamento é de 3,99 pontos percentuais.

Pesa ainda a favor da liderança de Dinis Pinheiro a quantidade dos eleitores dele que dizem estar decididos sobre a opção de voto, sem chance de mudança. Foram 55,7%, contra 23,6% de Paulo Telles.

Além disso, Pinheiro apresenta maior possibilidade de crescimento: 72,4% dos entrevistados dizem que votariam com certeza ou poderiam votar nele. No caso de Telles, o percentual é 34%. Aqueles que não votariam de jeito nenhum em Pinheiro são 20,3% e, no atual vice-prefeito, 43,3%.

"Dinis Pinheiro é o favorito tendo em vista que assumiu a liderança das intenções de voto no cenário espontâneo (14%) e estimulado (55,3%). Ademais, Dinis pertence à família Pinheiro, que possui tradição política na cidade, é bem conhecida e foi citada como fator que pode influenciar a decisão do voto pela maioria dos entrevistados (23,7%)", avalia Carla Beatriz Raulino, cientista política e analista de pesquisa da **DATATEMPO**.

A analista pondera, no entanto, que na pesquisa espontânea, quando não é apresentada aos eleitores uma lista com nomes de pré-candidatos, 58,5% dos entrevistados afirmam ainda não saber dizer o nome de um candidato. "Ainda estão indecisos, e o voto deles pode alterar o pleito", disse.

A pesquisa também mediu a força de políticos e grupos políticos na decisão dos eleitores. O de maior impacto é a família Pinheiro, que influencia o voto de 23,7% dos eleitores, à frente de lideranças nacionais, como o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em segundo lugar no ranking de puxadores de voto, com peso sobre 22,7% dos entrevistados, e Lula (PT), que influencia 20,2%. O governador Romeu Zema (Novo) aparece com 8,8%; e o atual prefeito, William Parreira (Avante), foi citado por 6,3% dos entrevistados.

REJEIÇÃO. A pesquisa também avaliou a rejeição dos pré-candidatos. Telles tem o maior percentual, com 24,3%, contra 13,3% de Dinis Pinheiro.

De acordo com Carla Raulino, pesa contra o vice-prefeito a má avaliação da atual gestão, do prefeito William Parreira (Avante). "Ter participado do atual governo é um discurso que pode ser usado pelos adversários contra Telles e é um fator que pode colocá-lo em desvantagem, considerando que a maioria da população deseja um governo que mude a forma de governar do prefeito – são 74,5%", diz. "Foi vice-prefeito de dois mandatos de uma gestão mal avaliada pelos ibiriteenses", conclui.

Quando os eleitores são questionados sobre a aprovação da administração municipal, 55,2% desaprovam a atual gestão, e 33,3% aprovam.

Registro

A **DATATEMPO** foi contratada pela **Sempre Editora**. Os dados foram coletados entre os dias 1 e 3 de julho. Foram realizadas 600 entrevistas domiciliares. A margem de erro é de 3,99%, e o intervalo de confiança é de 95%. A pesquisa foi registrada no TRE-MG 06417/2024.

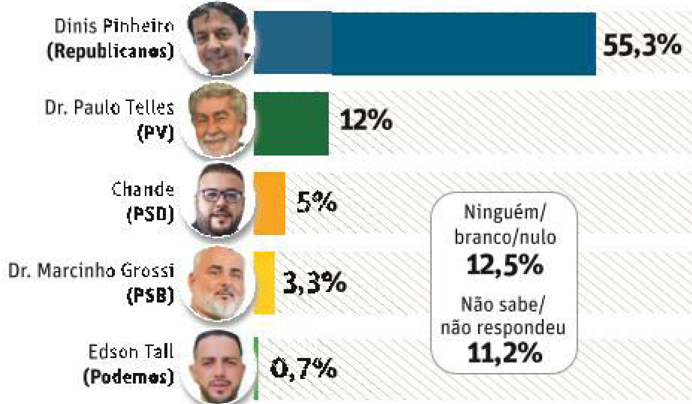
EDITORIA DE ARTE / O TEMPO

INTENÇÕES DE VOTO



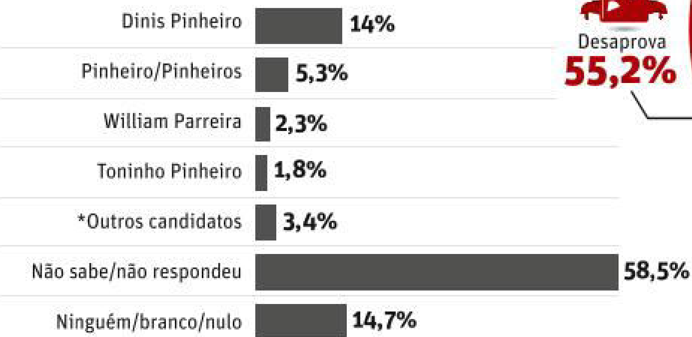
Se a eleição para prefeito fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria?

CENÁRIO ESTIMULADO



Candidato	%
Dinis Pinheiro (Republicanos)	55,3%
Dr. Paulo Telles (PV)	12%
Chande (PSD)	5%
Dr. Marcinho Grossi (PSB)	3,3%
Edson Tall (Podemos)	0,7%
Ninguém/branco/nulo	12,5%
Não sabe/não respondeu	11,2%

CENÁRIO ESPONTÂNEO

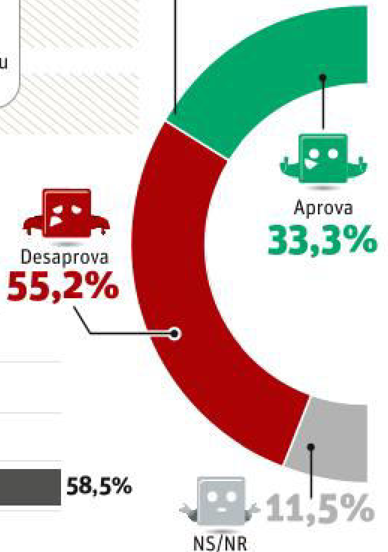


Candidato	%
Dinis Pinheiro	14%
Pinheiro/Pinheiros	5,3%
William Parreira	2,3%
Toninho Pinheiro	1,8%
*Outros candidatos	3,4%
Não sabe/não respondeu	58,5%
Ninguém/branco/nulo	14,7%

(*) NOVE CANDIDATOS TIVERAM MENOS DE 1% DAS INTENÇÕES DE VOTO

APROVAÇÃO E DESAPROVAÇÃO DO GOVERNO

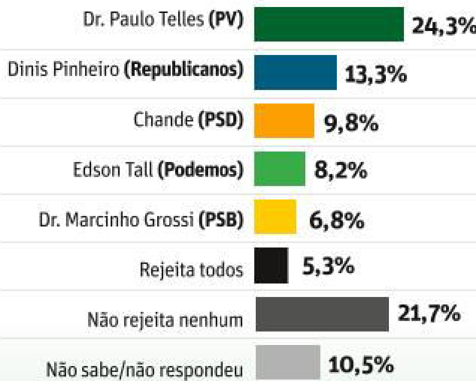
Até o momento, você diria que aprova ou desaprova o governo do prefeito William Parreira?



	%
Aprova	33,3%
Desaprova	55,2%
NS/NR	11,5%

REJEIÇÃO

Se a eleição para prefeito fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você não votaria de jeito nenhum?



Candidato	%
Dr. Paulo Telles (PV)	24,3%
Dinis Pinheiro (Republicanos)	13,3%
Chande (PSD)	9,8%
Edson Tall (Podemos)	8,2%
Dr. Marcinho Grossi (PSB)	6,8%
Rejeita todos	5,3%
Não rejeita nenhum	21,7%
Não sabe/não respondeu	10,5%

MAIOR PROBLEMA DE IBIRITÉ

Na sua opinião, qual é o maior problema de Ibirité atualmente?

Problema	%
Saúde	45,5%
Obras	9,2%
Trânsito e transporte	7,7%
Pavimentação das ruas	5,7%
Educação	5,3%
Serviços administrativos da prefeitura	5%
Segurança pública	3,2%
Geração de empregos	3%
Saneamento básico	2,7%
Nenhum	2%
Não sabe/não respondeu	6,2%

ALGUMAS FREQUÊNCIAS NÃO SOMAM 100% DEVIDO A ARREDONDAMENTOS. A PESQUISA DATATEMPO FOI CONTRATADA PELA SEMPRE EDITORA. OS DADOS FORAM COLETADOS ENTRE OS DIAS 1º E 3 DE JULHO DE 2024. FORAM REALIZADAS 600 ENTREVISTAS DOMICILIARES. A MARGEM DE ERRO É DE 3,99 PONTOS PERCENTUAIS. O INTERVALO DE CONFIANÇA É DE 95%. PESQUISA REGISTRADA NO TRE MG-06417/2024.



LUIZ TITO
luizctito@bol.com.br

‘Será que acham que não temos valor?’

Mulheres da cidade de Vespasiano, especialmente as várias servidoras do município, estão se sentindo sem prestígio pessoal e moral diante do que classificam como uma insensibilidade da prefeita Ilce Rocha ao não retirar da função de secretário de Defesa Social o sr. William Soares Santos, contra quem se enfileiram fortes denúncias de assédios moral e sexual, já formalizadas perante a Polícia Civil, o MP e, mais recentemente, o Ministério Público Federal. Seria porque estamos em ano eleitoral?

Meio ambiente vai implantar tecnologia Google

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais (Semad-MG) vai implementar nas suas operações diárias o uso de inteligência artificial para dar mais eficiência ao processamento de autos de infração ambiental. O projeto foi anunciado ontem pela secretária da pasta, Marília Melo, juntamente de sua equipe e dos membros da empresa Xertica Brasil Ltda., que integra ecossistema de parceiros do Google Cloud na América Latina. A iniciativa é inovadora e tem objetivo de dotar a Semad de ferramentas que lhe deem segurança e celeridade na realização de suas responsabilidades operacionais. Segundo a titular da Semad, “nesse processo inicial vamos avançar na análise dos autos de infração, nas defesas e nos recursos, dando maior celeridade a essa análise, trazendo padronização e segurança jurídica para aqueles que dependem da prestação de serviço público e, o mais importante, dando efetividade à ação fiscal e seu objetivo final, que é de proteção dos recursos naturais do nosso Estado”, finalizou.

MATHEUS ADLER/SISEMA/DIVULGAÇÃO



Marília Melo, titular da Semad (*3ª da esq. para dir.*), anunciou uso de IA na pasta

A lei não é para todos? I

Impressionante a voracidade de que se servem os interessados em colocar na presidência do Conselho de Administração da Gasmig aquele que desejam fazer substituto do sr. Gilberto Valle, atual e exitoso ocupante do cargo, responsável por ter levado a companhia a um patamar de resultados de gestão nunca alcançado anteriormente. Mesmo com a lucratividade conseguida, com a efetiva carteira de novos projetos que vai ampliar para promissoras regiões do Estado os serviços da Gasmig, os responsáveis pela mudança foram buscar em São Paulo um nome que entenderam como mais apropriado ao futuro da empresa. Que outro futuro, só Deus saberá responder.

A lei não é para todos? II

Entre os obstáculos, contudo, está o Decreto Estadual 47.154/2017, que disciplina a indicação de membros dos conselhos das empresas estatais em Minas Gerais. A Cemig, controladora da Gasmig, buscou certificar-se da escolha do nome do sr. Carlos Ivan Camargo de Colón, mas esbarrou no problema, do qual tem conhecimento, de que o sr. Ivan Colón não tem a necessária formação acadêmica que o habilitaria para o cargo. A AGE de Minas Gerais, segundo afirmação do compliance da Cemig, já se manifestou pela aprovação do nome de Colón, mas a AGE, como é sabido, não faz a lei e não tem o poder legal para mudar a redação do artigo 25, § 1º, do mencionado decreto estadual.

A lei não é para todos? III

Textualmente, diz o relatório do compliance: “O indicado (Carlos Ivan Camargo de Colón) apresentou diploma de Bachelor of Arts pela Universidade de Columbia/USA. Contudo não houve comprovação de revalidação do diploma no Brasil, situação que pode gerar incerteza (?) quanto ao cumprimento do requisito previsto no artigo 25, § 1º, do decreto estadual”. Mais do que a incerteza – de quem, o compliance não menciona –, poderá estar a certeza do Ministério Público de MG e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), geralmente muito zelosos na fiscalização do cumprimento das leis. Um bom lugar para o sr. Ivan Colón, quem sabe, seria um cargo na Casa Minas Gerais, ou no Palácio das Artes, ou na Secult. É a pessoa certa no lugar certo. E, nesses espaços, nem o MPMG, nem a CVM criariam óbices. Não é?

US$ 49 mil

Wassef diz que recomprou Rolex em espécie para “fugir” do IOF



■ HÉDIO FERREIRA JÚNIOR

O advogado da família Bolsonaro Frederick Wassef informou que pagou US$ 49 mil, em espécie, para recuperar um relógio da marca Rolex presenteado à Presidência da República em 2019 e vendido como peça do acervo pessoal do ex-presidente.

A modalidade de pagamento, pouco usual em aquisições de alto valor financeiro, principalmente de um montante equivalente a R$ 256 mil na época, foi justificada por ele como forma de escapar da tributação de encargos como o IOF, o imposto sobre transações financeiras que incide em compras feitas no exterior.

“Eu pago em dinheiro porque, se eu usar outra forma, como, por exemplo, cartão de crédito, o governo brasileiro cobra caro”, escreveu Wassef em um formulário obrigatório pela legislação dos Estados Unidos em compras efetuadas em espécie superiores a US$ 10 mil.

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO - 30.11.2021



Frederick Wassef justificou a recompra de relógio em dinheiro vivo

Frederick Wassef é um dos 11 aliados de Jair Bolsonaro (PL) que, juntos com o ex-presidente, foram indiciados pela Polícia Federal (PF) por associação criminosa, lavagem de dinheiro e peculato no desvio de joias sauditas presenteadas à Presidência do Brasil durante o governo Bolsonaro.

De acordo com a legislação brasileira, os presentes dados por autoridades estrangeiras a presidentes devem ser incorporados ao patrimônio da União.

Economia



Dólar	comercial	paralelo	turismo
Valores em R$	9.7.2024		
COMPRA	5,414	5,56	5,540
VENDA	5,414	5,66	5,639

9.7.2024	
Euro	5,856
Bovespa	0,44
Pontos	127.108

TEL: (31) 2101-3953
Editores: Karlon Aredes e Carla Chein
karlon.aredes@otempo.com.br
carla.chein@otempo.com.br
Atendimento ao assinante: 2101-3838
(31) 98352-2462

Revolta. Menos de 24 horas após anúncio da Petrobras, postos elevam preços e litro pode custar mais de R$ 6

Aumento-relâmpago da gasolina surpreende os motoristas em BH

Variação encontrada na manhã de ontem ficou entre R$ 5,87 e R$ 6,39 na capital

BRUNO DANIEL
GABRIEL RODRIGUES

Um misto de surpresa e indignação tomou conta dos motoristas que foram aos postos de combustíveis de Belo Horizonte e região metropolitana para tentar encher o tanque na manhã de ontem. Menos de 24 horas após o anúncio do reajuste no preço da gasolina feito pela Petrobras – acréscimo de R$ 0,20 no litro para as distribuidoras –, o aumento já era repassado ao consumidor.

Como previsto por **O TEMPO** na edição de ontem, o preço ultrapassa a fronteira dos R$ 6 em alguns estabelecimentos, havendo ainda a possibilidade de o reajuste ter incidido sobre o estoque antigo de combustível. A variação encontrada ontem ficou entre R$ 5,87 e R$ 6,39.

Na Via Expressa, na altura do bairro Coração Eucarístico, a gasolina estava a R$ 5,87, mesmo preço de antes do reajuste da Petrobras. Já em dois postos na avenida Amazonas, foi encontrada por R$ 6,39. Em quase todos os demais estabelecimentos na avenida, o litro custava R$ 5,99.

"Achei muito alto. Nesses dias mesmo tinha tido uma queda nos preços, e agora aumentou de novo", reclama o motoboy Robert Ferreira Bernardino, 29. Acostumado a colocar R$ 50 de gasolina diariamente, será obrigado a adaptar as rotas. "Entrego próteses dentárias. Vou ter que ir menos às clínicas, senão não vai dar", lamenta.

O eletricista Eric da Silva Duarte, 41, aproveitou a manutenção do preço da gasolina em um posto na avenida Tereza Cristina, no bairro Calafate, região Oeste de BH, para abastecer na manhã de ontem. "Abasteço dia sim, dia não. Coloco entre R$ 40 e R$ 50. Agora, vou ter que abastecer de dois em dois dias e colocar menos", afirma ele.

FOTOS VIDEOPRESS PRODUTORA



"Abasteço (a moto) dia sim, dia não. Coloco entre R$ 40 e R$ 50. Agora, vou ter que abastecer de dois em dois dias e colocar menos gasolina."

Eric da Silva Duarte
Eletricista e motorista de aplicativo

Já o motorista de transporte por aplicativo Rogério de Oliveira Soares diz não ver margem de corte no gasto diário com combustível – R$ 150 – e afirma que terá que eliminar outras despesas após o aumento da gasolina. "Diminui o lucro da gente. Às vezes eu almoçava na rua, agora, vou ter que voltar para casa. Vai tomar meu tempo", reclama.

A Petrobras reajustou a gasolina em 7,12% e projetou um reflexo de R$ 0,15 na bomba para o consumidor. Ao mesmo tempo, a pressão de alta do etanol pode alçar o aumento médio a R$ 0,20, segundo analistas do mercado, dado que a gasolina nos postos é uma mistura com álcool. Cada posto, porém, pode modificar os preços abaixo ou acima do reajuste praticado pela estatal.

No final de junho, o preço médio da gasolina era R$ 5,98 na capital, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), e o valor máximo de revenda era R$ 6,19.



"Diminui o lucro da gente. Às vezes eu almoçava na rua, agora, vou ter que voltar para casa. Vai tomar parte do meu tempo."

Rogério de Oliveira Soares
Motorista de transporte por aplicativo

Minaspetro atribui altas recentes a repasses por distribuidoras

O Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Minas Gerais (Minaspetro) argumenta que a alta do preço da gasolina que vem se avolumando nas últimas semanas se deve a aumentos de custos repassados pelas distribuidoras.

"Para ter uma ideia, nos últimos 30 dias, o etanol anidro – que compõe o preço da gasolina em 27% – subiu R$ 0,29. Assim como a população, o empresário repudia qualquer aumento de preço do combustível, o que reflete em perda de venda na pista de abastecimento e aumento da necessidade de capital de giro", alega, por meio de nota. "O posto é o último elo da cadeia produtora, ficando à mercê de distribuidoras, refinarias e produtoras de etanol". (GR)

Jogo de interesses

'Abrasileirar' preços é complexo diante da pressão por reajuste

O reajuste da Petrobras reflete a dificuldade de "abrasileirar" o preço dos combustíveis no país. O termo foi usado pelo presidente Lula (PT) durante campanha eleitoral em 2022 e após a chegada ao Planalto. Também foi dito pela CEO da estatal, Magda Chambriard, que assumiu o posto em maio.

Na prática, o que se observa, mesmo com o fim da política do Preço de Paridade de Importação (PPI), em maio de 2023, é o desafio de contornar pressões de refinarias privatizadas e importadores de combustíveis, conforme o economista do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps) Eric Gil Dantas. Também há, segundo ele, tensionamento por parte dos acionistas da estatal para atrelar a precificação ao mercado internacional, como era no PPI.

Dados mais recentes da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) apontam que, em maio, o Brasil comercializou 3,6 milhões de m³ de gasolina comum. Mas apenas 11% desse total diz respeito ao que foi importado para abastecer o mercado interno. "O Brasil é grande produtor de gasolina, produz quase tudo que consome. Não faz sentido ter um preço de importação, como se fosse um país que não produz uma gota", avalia Dantas.

A Associação Brasileira de Refino Privado (Refina Brasil) disse, ao jornal "O Globo", que cogita acionar a Petrobras na Justiça. O argumento é que a política de preços atual prejudica refinarias privadas. Nesse caminho, a Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) afirma que, mesmo com o último reajuste, há ainda defasagem de R$ 0,34 em relação ao mercado internacional. O cálculo considera alta de 15% do dólar e elevação da cotação internacional do barril de petróleo.

Dantas, no entanto, avalia que a Petrobras tem estrutura produtiva e financeira capaz de permitir a prática de preços menores. "Mesmo com o fim do PPI, a Petrobras não 'abrasileirou' de fato e segue os preços internacionais. Mas, diferente do PPI, mantém o valor uns 10% abaixo do internacional para ser competitivo. Existe pressão por lucratividade maior", arremata o economista. **(Simon Nascimento)**

Pesquisa. Em Belo Horizonte, número de lavanderias cresceu quase 25% entre 2020 e 2023, totalizando 226

Roupa suja se lava fora de casa

Modelo 'self-service' mantém tendência forte de expansão nos próximos anos

RODRIGO OLIVEIRA

Roupa suja nem sempre se lava em casa. A frase, uma brincadeira com o dito popular, poderia ser slogan de alguma lavanderia localizada em Belo Horizonte, cidade onde o setor está em expansão nos últimos anos. De acordo com levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio MG), a quantidade de lavanderias na capital mineira cresceu quase 25% nos últimos três anos: saltou de 182 para 226 entre 2020 e 2023.

A pesquisa, realizada com o Sindicato de Lavanderias e Similares de Belo Horizonte (Sindlav BH), também revela aumento de funcionários – o número subiu de 785 para 1.053 no mesmo período. Para o diretor do sindicato, Gustavo Bregunci, o fortalecimento do setor é puxado pelas lavanderias "self-service". "Há tendência forte de expansão das empresas que oferecem serviço de autoatendimento", comenta.

"Hoje, com apartamentos cada vez menores, muitas pessoas não conseguem higienizar roupas em casa. O mercado de lavanderias em BH deve crescer em torno de 30% até 2026", completa. Um exemplo é o edifício JK, na região central, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer para que houvesse apartamentos menores e lavanderia de uso coletivo. No Brasil, o Sindicato Intermunicipal de Lavanderias do Estado de São Paulo (Sindilav) estima que existam cerca de 6.000 lavanderias domésticas em operação, gerando 95 mil empregos.

De olho nesse filão, o empresário Marcus Coutinho estudou pontos da cidade e escolheu justamente o JK para instalar a Beagá Lavanderia Autosserviço, em janeiro deste ano. Ele e os sócios Emerson Cotta e Marlon Bruno investiram cerca de R$ 300 mil e querem fidelizar os moradores do prédio e outros do entorno que não têm lavadora em casa. "Pensamos em abrir mais uma ou duas unidades até o fim do ano. Conquistamos o público que costumava lavar roupa fora e ansiava por um local mais próximo e quem experimentou o serviço pela primeira vez", aponta Marcus.

FRED MAGNO/O TEMPO



Sucesso. Sócios da Beagá Lavanderia, Marcus, Emerson e Marlon planejam abrir mais duas unidades

AUTOMATIZADO. O negócio dos sócios segue tendência mundial. De acordo com relatório da Research and Markets, o mercado das lavanderias de autoatendimento cresce no mundo todo e deve atingir a marca de US$ 145,8 bilhões em 2031. A lavanderia no JK é automatizada e conta com sistema de autopagamento, ar-condicionado e Wi-Fi. Caso precise falar com o dono, o cliente pode acioná-lo via WhatsApp ou por meio de uma Alexa, que também toca música enquanto a roupa é higienizada. "Funcionamos sem contratação de funcionários", diz.

Morador do JK há cerca de dois anos, o taxista Marcelo Gonçalves nunca havia lavado roupa fora de casa antes de conhecer a Beagá Lavanderia. Agora, ele e a esposa, a cabeleireira Cláudia Luciana, gastam, em média, R$ 160 por mês para utilizar o serviço uma vez por semana. "Como não temos lavadora, por causa do espaço, foi mais prático", garante.

Público da cidade

16%
da população da capital utiliza serviços de lavanderia

30%
dos não usuários buscaram o serviço em algum momento

100 a 200
reais é o gasto médio mensal estimado para lavar a roupa

Faturamento

Delivery é alternativa para escalar negócio

Apesar do crescimento do setor, empresários esbarram na limitação física para fazer escalar o serviço e faturar mais. A lavanderia tem atuação limitada e, geralmente, consegue atender clientes nas proximidades das lojas. Assim, alguns se movimentam para encontrar soluções.

No ramo há 17 anos, o empresário Edison Almeida Júnior, proprietário da Oficina da Roupa, começou com uma loja na região da Pampulha e mais cinco pontos fixos na cidade. Até que a pandemia bagunçou a operação. "Mudou nosso negócio, e começamos a fazer delivery. Depois, decidimos desativar de vez a loja da Pampulha e pontos de coleta", conta.

A opção foi construir um galpão com o dobro do tamanho da loja para operar apenas em delivery. "Foi positivo, pois agora conseguimos atender a toda a cidade e a região metropolitana", afirma Júnior. A expansão dos serviços aumentou o faturamento. Com cerca de 12 mil peças higienizadas mensalmente, a empresa faturou R$ 175 mil por mês em 2023 e planeja fechar 2024 em R$ 200 mil. **(RO)**

Brasil

'Derrotados na vacinação'

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, disse ontem que é preciso assumir a "derrota na vacinação contra a Covid-19" até agora, em razão da "desinformação criminosa". Na mesma fala, explicou atraso do governo Lula na compra de vacinas adaptadas à variante XBB e afirmou que não faltarão imunizantes.

OEA debate tragédias do país

Entidades que representam vítimas de tragédias que marcaram o país têm audiência na sexta-feira na OEA para discutir responsabilidade do Estado na fiscalização. O encontro envolve desastres de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), da boate Kiss (2013), do Ninho do Urubu (2019), entre outros.

TEL: (31) 2101-3953
Editores: Karlon Aredes e Carla Chein
karlon.aredes@otempo.com.br
carla.chein@otempo.com.br
Atendimento ao assinante: 2101-3838
(31) 98352-2462

Educação. Versão final excluiu obrigatoriedade do espanhol e ampliou a carga básica para 2.400 horas

Câmara aprova nova reforma do ensino médio com mais disciplinas

Projeto segue agora para sanção ou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva

BRASÍLIA. A Câmara aprovou ontem a nova reforma do ensino médio e, agora, a matéria segue para sanção ou veto do presidente Lula (PT). Os deputados reverteram os principais pontos que foram alterados pelo Senado. Com isso, ficaram fora a obrigatoriedade do ensino de espanhol e também uma nova definição de carga horária para alunos do ensino técnico profissional.

A obrigatoriedade de ter uma escola de ensino médio noturno em cada município é outro ponto eliminado na versão final do texto que passou pelo Legislativo. Os deputados mantiveram os pontos principais que haviam sido acordados com o governo na primeira votação da matéria, em março. Assim, fica ampliada de 1.800 horas para 2.400 horas a parte comum curricular (de uma carga total de 3.000 horas). Na prática, isso amplia a oferta de disciplinas tradicionais, como português e matemática. E deixa uma exceção: para estudantes da educação técnica profissional, essa base geral pode ser menor, de 2.100 horas (prevendo que 300 horas desse montante deve aliar a formação geral e o ensino técnico).

No Senado, as 2.400 horas da parte comum haviam sido mantidas, mas a relatora do texto na Casa, senadora Professora Dorinha (União-TO), trouxera nova definição para alunos do ensino técnico profissional: passava de 2.100 horas para 2.400 a carga horária da parte comum, até 2029. O item, que deixaria o tempo de horas da parte comum no mesmo patamar de outros itinerários, resultaria em um ensino médio acima das 3.000 horas no caso do itinerário técnico. O ponto trouxe reações, sobretudo de secretários de Educação estaduais e municipais.

O ensino de espanhol deixa de constar como conteúdo fixo da área de linguagens, como previu o texto do Senado. E volta a ser mencionado como uma possibilidade de oferta.

ENTENDA. O governo Michel Temer (MDB) aprovou em 2017 o chamado "novo ensino médio", quando Mendonça Filho (União-PE) era ministro da Educação. A lei consolidou a flexibilização do currículo, com a divisão em dois blocos: uma parte comum, em que todos estudam os mesmos conteúdos, e outra dedicada a áreas de aprofundamento – os chamados "itinerários formativos", organizados por diferentes áreas.

Com a implementação da reforma nas escolas, de 2022 em diante, apareceram os problemas, como perdas de conteúdos tradicionais na parte comum e oferta deficiente dos itinerários. Pressionado por mudanças e até por pedidos de revogação da reforma, o governo Lula promoveu uma consulta pública e encaminhou ao Congresso, em outubro de 2023, projeto de lei com propostas de alterações. O projeto passou na Câmara e no Senado, mas, como sofreu alterações entre os senadores, retornou para os deputados.

Em linhas gerais, o governo buscou aumentar a carga horária comum a todos os alunos e definir uma organização diferente para os itinerários. O texto de Mendonça acatou mudança promovida pelo Senado que dá ao Conselho Nacional de Educação a missão de elaborar diretrizes nacionais de aprofundamento de cada uma das áreas do conhecimento – a falta dessas diretrizes é apontada como uma das causas das deficiências e desigualdades na oferta dos itinerários formativos. **(Paulo Saldaña e Matheus Teixeira/Folhapress)**

MÁRIO AGRA/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Mudança. Deputados aprovaram versão final sem espanhol e com 2.400 horas de carga básica

Falta concurso para professores na rede pública

SÃO PAULO. **Cerca de seis de cada dez cidades do país estão há mais de cinco anos sem realizar concurso público para contratar professores para escolas municipais. A baixa frequência deixa as unidades escolares, sobretudo em regiões vulneráveis, sem profissionais com formação adequada para atuar em sala de aula e um contingente de docentes sem emprego em cargos efetivos na área.**

Os dados são de diagnóstico feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em parceria com o Movimento Profissão Docente. O resultado mostra que só 37% dos municípios fizeram concurso há menos de cinco anos. Em 31%, os certames ocorreram entre cinco e nove anos atrás; em 22%, entre dez e 15 anos; e em 10%, há mais de 15. O estudo encontrou municípios há mais de 20 anos sem fazer concurso para docentes na Bahia, em Minas Gerais e no Paraná.

A situação é semelhante nas redes estaduais de ensino, que têm tempo médio de cinco anos desde o último concurso público. A situação faz com que o país tenha hoje mais professores temporários trabalhando nas escolas públicas do que profissionais efetivos. (Isabela Palhares/Folhapress)

Aborto espontâneo. Especialistas revelam violência obstétrica praticada por profissionais

Sistema de saúde 'castiga' mulheres que perdem filhos

Médicos, enfermeiras e até auxiliares de serviço cometem os maus-tratos

SÃO PAULO. Joyce Favacho, 28, nem sabia que estava grávida quando, em 2019, foi parar no Hospital Santa Casa, em Belém do Pará. Na noite anterior, havia encontrado coágulos de sangue na calcinha e algo que, entre eles, parecia uma membrana transparente. De manhã, enquanto ainda sangrava, disse à recepcionista do hospital que estava sofrendo um aborto, mas não teve o acolhimento esperado.

Primeiro, precisou provar a gravidez. Depois, afirma ter sido tratada de forma brutal pelos profissionais que deveriam assisti-la, incluindo enfermeiros e técnicos de enfermagem. Quando foi realizar a curetagem, procedimento indicado para remover os restos do abortamento, não recebeu anestesia, prática considerada violência obstétrica, afirma Mariana Prandini, pesquisadora de direitos da mulher e professora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

No Brasil, o aborto só é permitido em três situações: estupro, anencefalia do feto e risco de vida para a mulher. Assim, há relatos de especialistas e dados que indicam que, mesmo nos casos legais ou até espontâneos, o sistema de saúde pode se converter em uma forma de policiamento das mulheres.

Quando a jovem foi à consulta, a médica pediu que ela tirasse a mão das partes íntimas, que usava para estancar o sangue. Nesse momento, ela diz ter ouvido a auxiliar de limpeza reclamar. "Foi aí que percebi que achavam que eu tinha provocado".

Em uma pesquisa publicada em livro em 2022, Mariana Prandini categoriza as formas de violência obstétrica em casos de abortamento em violência física; omissão nos padrões de qualidade do atendimento; ameaças de criminalização ou efetiva criminalização; estigma e discriminação; e "gaslighting", quando a vítima é tida como "louca".

A geógrafa Rebecca, 34, cujo sobrenome foi omitido para preservar sua identidade, sofreu algumas dessas. Ela soube desde o início de sua gestação, em 2016, que tinha uma alta possibilidade de abortamento espontâneo. Quando procurou o Hospital Central da Santa Casa de São Paulo, a médica perguntou repetidamente o que tinha tomado.

Ela disse que pediu um remédio para a dor. Diante da negativa, começou a gritar por ajuda até chegar um médico que a reconheceu de consulta anterior. Tanto Rebecca quanto Joyce afirmam que não denunciaram os hospitais por estarem fragilizadas e com medo de serem revitimizadas.

A Santa Casa de SP afirma, em nota, que a equipe é orientada a "realizar o atendimento de forma profissional e imparcial, sem julgamentos", em qualquer caso. O hospital do Pará informou que seguiu todas as diretrizes do Ministério da Saúde. **(Geovana Oliveira/Folhapress)**

'Zona mista'

Viés da moralidade afeta atendimento

SÃO PAULO. A defensora pública Paula Sant'Anna Machado pondera que a violência obstétrica decorre do fato de o aborto ainda ser tratado "nessa zona mista de crime, com culpabilização da vítima" por profissionais que veem o abortamento pelo viés da moralidade e da religião.

Em 2019, a professora Nathalye de Almeida Duarte, 31, chegou ao Hospital da Mulher Mariska Ribeiro (HMMR), no Rio de Janeiro, com manchas de sangue na perna. Ela estava grávida do namoro que tinha há cinco anos. A enfermeira pediu que fosse ao banheiro para verificar se o sangue era "de verdade". Nathalye chora ao contar que teve que abaixar o short para a enfermeira.

"Ouvi ela falando para a colega: 'Eu não sei o que essa filha da p… fez'. Me passou remédio e mandou eu ir para casa, dizendo para voltar se o sangramento continuasse".

A professora passou três dias indo ao hospital sem ser atendida, até expelir o feto no banheiro da unidade. "Dizia que estava sentindo dor, mas, para as enfermeiras, eu tinha causado aquilo", diz. A direção do hospital diz que não encontrou nenhum registro desse caso com os dados fornecidos e que "o HMMR é preparado para o cuidado humanizado à mulher".

LEGISLAÇÃO. De acordo com a Constituição e o SUS, os profissionais de saúde não podem quebrar o sigilo médico para fazer denúncias. Sobre violência obstétrica, porém, Paula Sant'Anna diz que não há consenso no Judiciário sobre o que se chama de "violência obstétrica, verbal, moral". **(Folhapress)**

"Não tive tempo de sentir que tinha um bebê e o perdi, mas me marcou a forma como fui tratada"

"Dizia que estava sentindo dor, mas para as enfermeiras, eu tinha causado aquilo"

"Foi aí que percebi que achavam que eu tinha provocado"

"Comecei a gritar por ajuda até chegar um médico que me reconheceu de um atendimento anterior"

"Quando não é evidente o que ocorreu, começa-se um processo de tortura. Os relatos nos mostram isso"

"A criminalização do aborto vai misturar o espaço da polícia com a própria saúde"

Relatos de mulheres vítimas de violência obstétrica

Sem provas

Vítimas se tornam alvo de 'tortura'

SÃO PAULO. O misoprostol, indicado inicialmente para tratar úlcera, é usado para abortos legais no Sistema Único de Saúde (SUS). Antes dos remédios abortivos, as mulheres recorriam a métodos físicos, como inserir objetos no útero. Essas práticas, porém, denunciam as tentativas de encerrar a gravidez. "Quando não é evidente o que ocorreu, começa-se um processo de tortura. Os relatos mostram isso", diz a pesquisadora Mariana Prandini.

A Defensoria Pública de São Paulo relata o caso de A.P.L., 19, presa em flagrante após sofrer um aborto no banheiro de seu trabalho. O policial, no depoimento, disse que fez o flagrante no hospital, após ouvi-la dizer às enfermeiras que teria sofrido um aborto. Nenhum exame pericial comprovou ter sido provocado. Mesmo assim, ela foi denunciada. O processo durou quatro anos, da prisão, em 2013, até o cumprimento das condições impostas pelo juiz.

A defensora pública Paula Sant'Anna teme que a criminalização do aborto misture o espaço da polícia com a própria saúde, afastando as mulheres por medo de violências ou denúncias. **(Folhapress)**

Há vários canais para denúncias

SÃO PAULO. Os casos de violência obstétrica podem ser denunciados na ouvidoria do hospital onde a mulher foi atendida; na ouvidoria da Secretaria de Saúde Municipal, se for um serviço municipal, ou do Estado, se for um serviço estadual; no Ministério Público estadual e no Ministério Público Federal. Se a mulher desejar uma ação individual, isso pode ser feito em uma Defensoria Pública caso não possa pagar uma advogada, informa a defensora pública Paula Sant'Anna Machado de Souza. (Folhapress)

VALE

O Empreendedor **Vale S.A.**, nos termos do art. 30 da Deliberação Normativa Copam nº 217, de 2017, torna público que obteve da **Diretoria de Gestão Regional**/Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam **Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação**, Certificado nº **4372**, Processo Administrativo nº **4372/2022**, para a **Supressão da Vegetação Residuária – Barragem Sul – Mina de Brucutu**, atividade: **H-01-01-1: Atividades ou empreendimentos não listados ou não enquadrados em outros códigos, com supressão de vegetação primária ou secundária nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica, em estágios médio e/ou avançado de regeneração, sujeita a EIA/Rima nos termos da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006**, **São Gonçalo do Rio Abaixo**/MG, **Classe 4**, válida pelo prazo de **10 anos**.

VALE

O Empreendedor **Vale S.A.**, nos termos do art. 30 da Deliberação Normativa Copam nº 217, de 2017, torna público que solicitou à **Diretoria de Gestão Regional – DGR** a **Revalidação da Licença de Instalação – REVLI** para o **Projeto Expansão Brucutu – Cava da Divisa – Mina de Brucutu**, das atividades: **A-02-03-8 Lavra a céu aberto - Minério de ferro/Produção Bruta: 15.000.000 t/ano; A-05-01-1 Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco/Capacidade Instalada: 15.000.000 t/ano; A-05-04-5 Pilha de Rejeito-Estéril/Área Útil: 90 ha; E-01-18-1: Correias Transportadoras/Extensão: 5 Km; e E-02-03-8: Linhas de Transmissão de Energia Elétrica**, localizadas em **São Gonçalo do Rio Abaixo e Barão de Cocais**/MG, **Classe 6**, conforme solicitação no **Sistema Eletrônico de Informações nº1370.01.0013327/2021-20(PACOPAM:LI+LO00022/1995/070/2017)**.

DEMSUR - DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SANEAMENTO URBANO - MURIAÉ - MG

Publica a retificação do Pregão (forma eletrônica) nº 017/2024 – Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de microempresa - ME, empresa de pequeno porte - EPP ou equiparadas especializada para fornecimento parcelado de materiais de limpeza, gêneros alimentícios e outros para a manutenção desta autarquia. - Início da sessão de licitação dia **23/07/2024 às 09:00 horas** - A licitação será realizada por meio da internet, no endereço eletrônico da Bolsa Nacional de Compras (BNC) - www.bnc.org.br. Edital retificado disponível a partir de 10/07/2024 – informações pelo site www.demsur.com.br ou pelo telefone (32) 3696-3459 – Maria da Consolação Tanus Pampolini Freitas – Diretora Geral do DEMSUR.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS/MG. Extrato do Contrato de Rateio exercício 2024 que celebram o Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região dos Lagos do Sul de Minas Gerais - CISLAGOS, Pessoa Jurídica de direito público, na forma de Associação Pública, CNPJ 01.243.423/0001-03 e o Município de Alfenas, Pessoa Jurídica de direito público interno, CNPJ 18.243.220/0001-01 a reger-se pela Lei Federal nº 11.107/05 e pelo seu Decreto Regulamentador nº 6.017/07. Objeto: Rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio e investimentos do Cislagos. Valor anual global: R$ 480.436,95 (quatrocentos e oitenta mil, quatrocentos e trinta e seis reais e noventa e cinco centavos). Vigência: até 31 de dezembro de 2024, efeitos financeiros retroativos a 02 de janeiro de 2024. Assinatura: 03/05/2024. Assinam: Pelo CISLAGOS, Sr. Laércio Cintra Nogueira - Presidente e pelo Município, Sr. Fábio Marques Florêncio - Prefeito de Alfenas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2024

A Prefeitura Municipal de Igarapé comunica a realização do Pregão Eletrônico nº 31/2024, relativo ao Processo Administrativo de Compras nº 68/2024, nos moldes da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, com critério de julgamento de Menor Preço Global por Lote. A sessão ocorrerá no dia 23/07/2024 às 10h00min. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de lanches, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos e demais Secretarias. O Edital completo está disponível nos sites: www.igarape.mg.gov.br, https://licitar.digital/ e ainda, no Setor de Licitações, situado no prédio da Prefeitura Municipal de Igarapé/MG, na Avenida Governador Valadares, nº 447, Centro, Igarapé/MG, no horário das 08h00min às 17h00min. Mais informações, telefone: (31) 3534-5357/55.

Igarapé/MG, 10 de julho de 2024
A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2024

Prefeitura Municipal de Igarapé comunica a realização do Pregão Eletrônico nº 25/2024, relativo ao Processo Administrativo de Compras nº 60/2024, nos moldes da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, com critério de julgamento de Menor Preço Global por Lote. A sessão ocorrerá no dia 29/07/2024 às 10h00min. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para a aquisição de materiais de expediente/escritório, para atender à demanda das Secretarias, de acordo com os quantitativos e especificações descritas neste instrumento. O Edital completo está disponível nos sites: www.igarape.mg.gov.br, https://licitar.digital/ e ainda, no Setor de Licitações, situado no prédio da Prefeitura Municipal de Igarapé/MG, na Avenida Governador Valadares, nº 447, Centro, Igarapé/MG, no horário das 08h00min às 17h00min. Mais informações, telefone: (31) 3534-5357/55.

Igarapé/MG, 10 de julho de 2024
A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA

AVISO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2024 (REPUBLICADO POR ALTERAÇÃO NO TR) Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PALESTRAS PARA SERVIDORES, em atendimento à Secretaria da Saúde. Tipo: Menor Preço.Recebimento das propostas por meio eletrônico: A partir das 12h do dia 16/07/2024.Fim do recebimento das propostas/Início da Disputa: Às 09h00 do dia 29/07/2024.Abertura da Sessão de Disputa de Preços: Às 10h00 do dia 29/07/2024.Valor estimado da licitação: R$ 12.916,66.Fontes de recursos: Vinculado.Informações: O Edital do Pregão Eletrônico nº 81/2024 estará disponível a partir das 12h00min do dia 16/07/2024 nos seguintes acessos:
*Portal eletrônico oficial do Município de Uberaba/MG, pelo link: https://prefeitura.uberaba.mg.gov.br/portalcidadao/;
*Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), pelo link: https://www.gov.br/pncp/pt-br;
*Plataforma eletrônica de licitações (LICITAR DIGITAL), pelo link: https://ammlicita.org.br/.
Demais informações podem ser obtidas pelos telefones: (34) 3331-2750 // 3331-2706 // 3331-2710 ou pelo e-mail: licitacao.sms@uberaba.mg.gov.br. Uberaba/MG, 08 de julho de 2024. Valdilene Rocha Costa Alves Secretária Municipal de Saúde (AUTORIDADE COMPETENTE)

FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS - FUNED
COMUNICADO DE RETIFICAÇÃO

A FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS - Retifica a publicação veiculada no dia 09/07/24, p. 13 do jornal "O Tempo" referente ao Aviso de Licitação do Pregão Eletrônico 2261032 109/2024. Onde se lê: "Pregão Eletrônico 2261032 109/2024"; Leia-se: Pregão Eletrônico 2261032 204/2024. Mantendo-se inalteradas as demais informações.

Belo Horizonte, 09 de julho de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA/MG

AVISO DE CREDENCIAMENTO. Processo Licitatório 58/24. Credenciamento 18/24. Objeto: Credenciamento de Microempreendedores Individuais, para prestação de serviço de pintura nos prédios da Prefeitura Municipal de Bocaiúva/MG. Credenciamento do dia 18/07/24 às 17/07/25. Processo Licitatório 59/24. Credenciamento 19/24. Objeto: Credenciamento de Microempreendedores Individuais para prestação de serviço de calceteiro nos distritos de Bocaiúva/MG. Credenciamento do dia 18/07/24 às 17/07/25. Edital disponível no site bocaiuva.mg.gov.br. Bianca Souza Rodrigues, Agente de Contratação.

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 19 de julho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 23 de julho de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular nº 0010329247, firmado em 15/09/2022, com a Fiduciante **CAROLINE GUIMARÃES**, brasileira, solteira, maior, técnica contábil, portadora do RG nº 17.886.844-SSP/MG, inscrita no CPF sob nº 113.759.716-03, residente e domiciliada em São José da Lapa/MG, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais** - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pela **Casa**, situada na Rua Alpha, nº 37, Portal do Sol, Lagoa Santa/MG. Área construída: 64,12m² e Área do terreno: 180,00m², melhor descrito na matrícula 56.737 do Oficial de Registro de Lagoa Santa/MG. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 290.476,20 (duzentos e noventa mil quatrocentos e setenta e seis reais e vinte centavos** – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda. VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 21076).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCEBURGO/MG

PROCESSO Nº 083/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2024

O **Município de Arceburgo/MG** torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 044/2024, com fulcro no Art. 54, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, e publica o seguinte objeto: Registro de preços para eventual aquisição de pneus e câmaras de ar para manutenção dos veículos pertencentes à frota do governo municipal. A sessão para o recebimento e a abertura das propostas será às 08h40min do dia 25/07/2024 através da plataforma AMM Licita.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MURIAÉ/MG

Aviso de DATA SESSÃO DE LICITAÇÃO – Pregão Eletrônico nº 032/2024 – Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para fornecer mão de obra e materiais para manutenção da rede de iluminação pública de todo o Município de Muriaé, incluindo perímetro urbano, zona rural e aglomerados urbanos mais afastados (comunidades, povoados e distritos). Fica marcada a data de sessão para o dia 30/07/2024 às 08:30 hs, por meio da internet, no endereço eletrônico da Bolsa Nacional de Compras – BNC. O edital poderá ser obtido no setor de licitação, situado no Centro Administrativo "Pres. Tancredo Neves, Av. Maestro Sansão, 236, 3º andar, Centro, Muriaé – MG e site https://muriae.mg.gov.br/ – Informações através do telefone (32) 3696.3317

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SABINÓPOLIS/MG
AVISO DE DISPENSA Nº 02/2024

O SAAE de Sabinópolis/MG manifesta interesse em obter propostas de eventuais interessados no prazo 3 (três) dias úteis, nos termos do Art. 75, II, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, para a Dispensa de Licitação, ocasião que ao final será selecionada a proposta mais vantajosa sob tipo de julgamento Menor Preço por Item, visando a aquisição de computadores e estabilizadores para o SAAE de Sabinópolis, conforme Projeto Básico e demais documentos do Processo Licitatório nº 04/2024, Dispensa nº 02/2024, que consta no site: www.licitardigital.com.br. Os interessados deverão encaminhar proposta de preço via www.licitardigital.com.br até o dia 16 de julho de 2024 às 07h59min.

Marcelo Miranda de Oliveira
Agente de Contratação

Prefeitura Municipal de Andrelândia

Aviso de retificação. Processo nº 033/2024, Pregão Eletrônico nº 009/2024. A comissão de contratação vem através deste aviso informar que houve retificação no processo supracitado em relação a descrição do item. Sessão pública passa para o dia 23/07/2024 às 09:00 horas no site https://bllcompras.com/. O Edital estará disponível em: https://andrelandia.mg.gov.br/site/, Plataforma BLL Compras e PNCP. Informações: (35) 3325-1432 ou E-mail: licitacao2@andrelandia.mg.gov.br. Andrelândia, 09 de julho de 2024. **Gabriela Gaspar Procopio - Pregoeira**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE/MG

Aviso de Retificação de Edital e nova data de abertura Pregão 011/2024 - O Município de Congonhas do Norte- MG, RETIFICA edital de licitação e designa nova data para recebimento de Proposta e habilitação fica marcado para 22/07/2024, às 9:00 horas, estará selecionando a melhor proposta para o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Segurança Desarmada, Brigadista e Serviço de Apoio para atender as necessidades do Município de Congonhas do Norte/MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

NTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO – A Prefeitura Municipal de Diamantina através da Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão, por intermédio da Comissão Permanente de licitação, em obediência ao art.5º do Decreto Municipal 015/2015, na competência de órgão gerenciador, registra a intenção de Registro de Preços no âmbito municipal, para aquisição de água mineral, modalidade Pregão, tipo menor preço, por item, conforme especificações e quantitativo que estarão previstos no edital, oportunamente disponibilizado no endereço www.diamantina.mg.gov.br. Diamantina, 09 de julho de 2024. Cynthia Oliveira Leite–Pregoeira Municipal.

- AVISO DE LICITAÇÃO - **Processo Licitatório n.º 015/2024**, Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 005/2024. Objeto : Registro de preços para a aquisição de cestas básicas para atender as demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social,. Recebimento das Propostas: a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios Mineiros até as 08:59 horas do dia 30/07/2024. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09:00 horas do dia 30/07/2024, no endereço eletrônico: www.bllcompras.org.br, horário de Brasília – DF. Cópia completa do edital também pode ser obtida no endereço eletrônico www.diamantina.mg.gov.br. Diamantina, 09 de julho de 2024. Cynthia Oliveira Leite – Pregoeira Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DOS MONTES - MG

A PREFEITURA DE SANTANA DOS MONTES, ATRAVÉS DO SEU PREFEITO MUNICIPAL, O SR. ALOISO VIANA DA SILVA TORNA PÚBLICO A PUBLICAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024, COM FULCRO NA LEI 14133/2021, OBJETO REALIZAÇÃO DE OBRAS DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DA RUA JOAQUIM FRANCISCO PINTO, EM JOSELÂNDIA, ABERTURA DIA 29/07/2024 ÀS 13:00, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO ABAIXO IDENTIFICADO https://santanadosmontes.licitapp.com.br//

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA/MG

PROCESSO SEI Nº 0973.0.000002280/2024-1 (PRC INTERNO 1963/2024). UASG 985427. O Município de Viçosa-MG torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 90019/2024 através do SRP nº 0019/2024, nos termos da Lei 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 5.983/2023, para aquisição de equipamentos e utensílios para atender as demandas da secretaria da Secretaria Municipal Educação. A data de início e abertura será 23/07/2024 às 09h00min no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br O edital e seus anexos poderão ser examinados e adquiridos gratuitamente através dos sites: www.comprasnet.gov.br e www.vicosa.mg.gov.br, ou ainda, junto ao Departamento de Licitações situado na Rua Gomes Barbosa nº 803, Centro Viçosa-MG. Viçosa, 09 de julho de 2024. Raimundo Nonato Cardoso – Prefeito Municipal.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS - 17º RPM

PMMG/EM/17ª RPM. Extrato de Edital de Licitação. Pregão Eletrônico - Unidade 1259972. Processo nº 07/2024; Objeto: Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de reparos em bens imóveis danificados pelas fortes chuvas, no Município de Pouso Alegre/MG. Propostas: Envio ao Portal de Compras/MG no período de 08/07/2024 até às 08h59min do dia 23/07/2024, com abertura da sessão às 09h00min do dia 23/07/2024.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS 12º RPM

AVISO DE LICITAÇÃO PMMG - 12ª RPM. Pregão Eletrônico nº 01/2024. Processo de compras 1259968 000011/2024. Objeto: Compra de materiais de consumo para reparo em bens imóveis das Unidade da 12ª RPM. Propostas: envio ao Portal de Compras/MG até às 08h59min de 23/07/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA/MG

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2024 Processo Nº 2470/2024-3. O Município de Viçosa-MG, nos termos da Lei de Licitações nº 14.133/2021 e o Decreto nº 5.983/2023, comunica aos interessados que estará procedendo o Chamamento Público para Credenciamento de produtores e produtoras rurais, para o fornecimento de hortifrutigranjeiros da agricultura familiar para atender as escolas, creches da rede pública e instituições filantrópicas da alimentação escolar durante o segundo semestre do no letivo de 2024-PNAE- Produtor Rural, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação. A data de entrega dos envelopes de Documentação e Proposta será até às 17h00min do dia 31/07/2024 no endereço, Rua Gomes Barbosa nº 803, Centro, CEP: 36.570-101, Viçosa-MG ou através do e-mail licitacoes@vicosa.mg.gov.br. O Edital pode ser retirado através do site www.transparencia.vicosa.mg.gov.br ou no Departamento de material, compras e licitações. Viçosa, 09 de julho de 2024. Raimundo Nonato Cardoso – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLUNA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO- A Prefeitura Municipal de Coluna - MG, **Torna Público**: ***Processo Licitatório nº 32/24, Concorrência nº 01/24** – Objeto: Contratação De Empresa Especializada, Para Execução Do Projeto De Perfuração De Poços Artesianos Nas Comunidades Dos Córregos Piaus E Matinada Do Meio, Município De Coluna/MG, Através De Recursos Oriundos Das Resoluções Nº 21/2022 E 12/2023. **Sessão dia 23/07/24, às 14:00 horas**. O Edital E Seus Anexos Estarão À Disposição No Setor Licitações, pelo e-mail: licitacao@coluna.mg.gov.br. Coluna, 09/07/2024. Denise Lemes de O. Vieira – Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLUNA/MG

A Prefeitura Municipal de Coluna - MG, **Torna Público**: ***Processo Licitatório nº 29/24, Pregão Eletrônico nº 13/24** – Objeto: Registro de preços para futuras e eventual aquisição de Materiais Gráficos, para atender as necessidades do Hospital Municipal Agostinha Alcântara Aguiar, Serviços da Atenção Básica e demais Departamentos Municipais Secretarias, de forma parcelada, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste edital. **Sessão dia 23/07/24, às 09:00 horas**. O Edital E Seus Anexos Estarão À Disposição No Setor Licitações, pelo e-mail: licitacao@coluna.mg.gov.br. Coluna, 09/07/2024. Denise Lemes de O. Vieira – Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUERI/MG
ADJUDICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2024

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos médico-hospitalares, mobiliário hospitalar e geral e aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos para o Pronto Atendimento Ambulatorial. Torna Público Resultado: Adjudicação / Homologação a favor das seguintes empresas: Gold Care Assistencia Tecnica Especializada Ltda – ME, inscrita no CNPJ 09.426.307/0001-23, no valor total de R$ 90.394,00 (noventa mil, trezentos e noventa e quatro reais); Magalhaes Industria e Comercio Eireli inscrita no CNPJ 17.403.267/0001-22, no valor total de R$ 11.843,00 (onze mil, oitocentos e quarenta e três reais), Minasfor Ltda ME inscrita no CNPJ 14.419.879/0001-15, no valor total de R$ 8.197,96 (oito mil, cento e noventa e sete reais e noventa e seis centavos), Abade & Capelli Industria e Comercio de Moveis Ltda inscrita no CNPJ 20.323.529/0001-53, no valor total de R$ 29.562,00 (vinte e nove mil, quinhentos e sessenta e dois reais), Melo Distribuidora de Materiais Ltda inscrita no CNPJ 35.502.416/0001-92, no valor total de R$ 31.460,00 (trinta e um mil, quatrocentos e sessenta reais), H & I Distribuidora Ltda inscrita no CNPJ 47.351.983/0001-74, no valor total de R$ 25.997,00 (vinte e cinco mil, novecentos e noventa e sete reais), D & D Empreendimentos Comerciais Eireli inscrita no CNPJ 07.994.516/0001-48, no valor total de R$ 35.650,00 (trinta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais), Equipar Produtos Medicos Hospitalares Ltda, inscrita no CNPJ 33.813.237/0001-40, no valor total de R$ 24.492,60 (vinte e quatro mil, quatrocentos e noventa e dois reais e sessenta centavos). Avenida Getúlio Vargas, 71, Centro, Jequeri/MG.

Jequeri, 09 de julho de 2024
Adilson Lopes Silva
Prefeito Municipal

Solicitação de Comparecimento

Belo Horizonte, 10 de Julho 2024.

*A **Construtora Ápia S.A** solicita o comparecimento do Senhor **GLEISON FILIPE RIBEIRO DOS SANTOS**, portador da CTPS DIGITAL, ao estabelecimento de seu empregador, situada a Rua Osmário Soares, 15, Bairro: Dom Bosco, Belo Horizonte - MG, no prazo de três dias para tratar de assuntos de seu interesse.*